

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	14
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	18
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	19
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	23
2.7 Destinação de resultados	24
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	27
2.10 Planos de negócios	28
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	31
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	32
5.2 Descrição dos controles internos	40
5.3 Programa de integridade	43
5.4 Alterações significativas	48
5.5 Outras informações relevantes	49

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras incluídas a seguir devem ser lidas em conjunto com as informações contábeis da Companhia relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A análise da Administração da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das suas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 2.1 significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas operacionais líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023

O ano de 2023 marcou uma retomada significativa para a Companhia, com evoluções e fortalecimento do seu ecossistema. Mesmo diante dos desafios do cenário macroeconômico, a Companhia seguiu focada em extrair ainda mais eficiência do seu *core business* e evoluir a rentabilidade da Midway Financeira. Os resultados apresentados a seguir foram suportados pelas prioridades estratégicas da Companhia, centradas em quatro pilares fundamentais: (i) Obsessão por produto, (ii) Democratizar o acesso à moda, (iii) Os nossos ativos têm que valer mais, e (iv) Eficiência operacional.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 8.795,4 milhões, com crescimento de 4,0% quando comparado com a receita líquida consolidada do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$ 8.458,7 milhões.

O lucro bruto consolidado alcançou R\$ 5.141,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 4,5% frente aos R\$ 4.921,1 milhões apurados no mesmo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

período do ano anterior. Por sua vez, o lucro bruto consolidado como percentual da receita líquida consolidada totalizou 58,5%, um crescimento de 0,3 p.p. frente aos 58,2% registrado no exercício anterior.

O EBITDA consolidado, por sua vez, totalizou R\$ 1.052,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, uma evolução de 9,4% em relação ao exercício de 2022, que totalizou R\$ 961,9 milhões. A Margem EBITDA consolidado atingiu 12,0%, 0,6 p.p. maior em relação à margem EBITDA consolidado apresentada no exercício de 2022. O EBITDA consolidado Ajustado por outros itens totalizou R\$ 1.027,9 milhões, um aumento de 8,4% em relação ao EBITDA consolidado Ajustado apresentado em 2022, e reflete principalmente o crescimento da Midway Financeira e do Midway Mall. A Margem EBITDA consolidado Ajustado foi de 11,7% no acumulado do ano, um aumento de 0,5 p.p. em relação à Margem EBITDA consolidada Ajustado de 2022.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo líquido consolidado de R\$ 34,3 milhões ante um lucro líquido de R\$ 52,0 milhões apresentado em 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, as disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia atingiram R\$ 2.443,4 milhões. Os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 3.508,9 milhões. Sendo assim, a Companhia encerrou o ano de 2023 com um endividamento líquido de R\$ 1.065,5 milhões, uma redução significativa de 35,9% em relação ao mesmo período de 2022. A alavancagem financeira líquida da Companhia medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,0x e a alavancagem medida pela Dívida Líquida/EBITDA pré-IFRS16 encerrou o ano em 1,4x, uma significativa redução comparada com os indicadores apresentados em dezembro de 2022, como resultado do foco e compromisso da Administração em desalavancar a Companhia.

Indicadores Financeiros

A Administração revisa periodicamente os seguintes indicadores financeiros para avaliar os negócios da Companhia:

Indicadores	2023	2022
Índice de liquidez corrente	1,7	1,6
Índice de liquidez geral	1,6	1,5
Índice de endividamento	173%	189%
Retorno sobre o Ativo Total	-0,2%	0,3%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	-0,7%	1,0%

Índice de liquidez corrente: mede a capacidade de pagamento da Companhia no curto prazo. Este índice é calculado dividindo-se o ativo circulante pelo passivo circulante. Em 31 de dezembro de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2023, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 1,7x, comparado com 1,6x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Índice de liquidez geral: demonstra a capacidade da Companhia em cumprir suas obrigações, relacionado principalmente com o total de caixa, investimentos e recebíveis. Este índice é calculado dividindo-se o ativo total pela soma do passivo circulante e passivo não-circulante. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de liquidez geral da Companhia foi de 1,6x, comparado com 1,5x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Índice de endividamento: mede a relação entre o capital de terceiros sobre o capital próprio da Companhia. Este índice é calculado dividindo-se a soma do passivo circulante e passivo não-circulante pelo patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento da Companhia totalizou 173% comparado com 189% apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Retorno sobre o ativo total: é utilizado para analisar a capacidade da Companhia em gerar lucros a partir de seus ativos. Este indicador é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício sobre o ativo total. Em 31 de dezembro de 2023, o indicador retorno sobre o ativo total foi de -0,2%, impactado pelo prejuízo líquido apresentado no período, comparado com 0,3% apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Retorno sobre o patrimônio líquido: este indicador mede a capacidade da Companhia em agregar valor a partir de seus próprios recursos e do dinheiro de investidores. É calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023, o indicador retorno sobre o patrimônio líquido foi de -0,7%, impactado pelo prejuízo líquido apresentado no período, comparado com 1,0% apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Estrutura de capital

A Administração acredita que a estrutura de capital da Companhia está alinhada com o negócio e com sua estratégia de crescimento.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a capacidade de continuidade das operações oferecendo retorno aos acionistas e às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, remodelação das lojas existentes, centros logísticos, operação financeira e, também, em suas plataformas tecnológicas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Abaixo, é apresentada a estrutura de capital da Companhia, demonstrando o financiamento de seus negócios e operações por meio de capital próprio e de terceiros nos últimos dois exercícios sociais:

Estrutura de Capital	2023	%	2022	%
Capital de Terceiros - Passivo Circulante	5.519.087,0	39%	6.307.421,0	41%
Capital de Terceiros - Exigível a Longo Prazo	3.530.416,0	25%	3.651.430,0	24%
Total Capital de Terceiros	9.049.503,0	63%	9.958.851,0	65%
Capital Próprio - Patrimônio Líquido	5.223.165,0	37%	5.263.088,0	35%
Total Capital	14.272.668,0	100%	15.221.939,0	100%
<i>Índice de Endividamento</i>	<i>173%</i>		<i>189%</i>	

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Endividamento Líquido (R\$ Mil)	2023	2022
Disponibilidades	2.443.370	2.420.540
Empréstimos e Financiamentos	3.508.856	4.083.946
Circulante	1.028.604	1.377.835
Não Circulante	2.480.252	2.706.111
Endividamento Líquido	1.065.486	1.663.406
<i>Dívida Líquida / EBITDA</i>	<i>1,0</i>	<i>1,7</i>
<i>Dívida Líquida / EBITDA pré-IFRS16</i>	<i>1,4</i>	<i>2,5</i>

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

Conforme demonstrado na tabela acima, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um total de obrigações de R\$ 3.508,9 milhões, que considera o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo R\$ 1.028,6 milhões com vencimento em período inferior a 12 meses e R\$ 2.480,3 milhões com vencimento em período superior a 12 meses.

A Companhia encerrou o ano de 2023 com o total de disponibilidades em R\$ 2.443,4 milhões, o que corresponde a 238% da dívida de curto prazo, demonstrando adequada liquidez frente às obrigações futuras do grupo.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e entende que sua geração de caixa operacional é compatível com o seu planejamento estratégico.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamentos dos investimentos utilizados nos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

projetos da Companhia e de suas controladas foram a (i) geração de caixa operacional e (ii) certificados de depósitos bancários por intermédio de plataformas.

A administração acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração acredita que a disponibilidade de caixa e recursos de capital próprio são suficientes para cumprir com as obrigações da Companhia. Caso haja deficiências de liquidez, a Administração acredita que estas poderão ser cobertas com o próprio caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Em linha com sua estratégia e atenta às tendências de mercado, a Companhia avalia com frequência novas oportunidades de investimentos e poderá vir a financiá-los com o caixa e disponibilidades, com o caixa gerado pelas suas operações, com a captação de dívidas, incluindo emissão de debêntures, com aporte de capital por parte dos acionistas ou pela combinação desses métodos.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O saldo total consolidado dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro 2023 apresentado pela Companhia foi de R\$ 1.628,6 milhões, ante R\$ 1.389,6 milhões em 2022, conforme demonstrado abaixo:

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Taxa de juros nominal	Nota	Empresa	Vencimento	2023	2022
Letras de Cambio	115,00% a 135,00% CDI	(a)	Midway financeira	Até 2024	360.211	347.823
Certificados de depósito interfinanceiros	101,95% CDI	(d)	Midway financeira	Até 2025	245.088	212.670
Certificados de depósitos bancários	108,00% a 138,08% CDI	(c)	Midway financeira	2024 a 2028	1.023.294	829.113
Outros	2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Guararapes	Até 2023	-	9
Total					1.628.593	1.389.615
Circulante					798.238	526.025
Não-circulante					830.355	863.590
Total					1.628.593	1.389.615

(a) Corresponde aos empréstimos tomados pela controlada indireta Midway Financeira, junto às pessoas jurídicas e físicas com juros variando de 115% a 135% do CDI com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro, com conversibilidade imediata, sendo R\$ 338.849 com partes relacionadas (R\$ 320.424 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Está representado pelo financiamento celebrado entre a Companhia e a instituição financeira Bradesco S.A., referente ao incentivo do ICMS no estado do Ceará - PROVIN.

(c) Aplicações de clientes em CDB por intermédio da XP Investimentos, Banco BTG, Itaú e Midway.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(d) Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI realizado pela controlada indireta Midway Financeira para Capital de Giro, adquiridos do Banco Itaú Unibanco.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas, desconsiderando-se captações realizadas através de emissões de debêntures:

Mutações dos Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	Circulante	Não Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2021	986.522	467.808
Captações	642.634	-
Juros e variação cambial	192.333	-
Transferências	(395.782)	395.782
Amortização de Juros	(10.160)	-
Pagamento de principal	(889.522)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	526.025	863.590
Captações	401.553	-
Juros e variação cambial	230.729	-
Transferências	33.235	(33.235)
Pagamento de principal	(393.304)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	798.238	830.355

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo não circulante estão demonstrados a seguir:

Vencimento	R\$ Mil
2024	254.109
2025	251.474
2026	246.646
2027	78.126
Total	830.355

Debêntures

4ª Emissão (Lojas Riachuelo S.A.)

A controlada Lojas Riachuelo realizou a sua 4ª (quarta) emissão de debêntures, correspondente a 300.000 (trezentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de novembro de 2022. As debêntures foram emitidas em 07 de novembro de 2022 e possuem vencimento em 07 de novembro de 2027, com pagamentos de juros semestrais, e contam com fiança da Guararapes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

6ª Emissão (Guararapes Confeccões S.A.)

A Companhia realizou a 6ª (sexta) emissão de debêntures, correspondendo a 400.000 (quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de outubro de 2022. As debêntures foram emitidas em 25 de outubro de 2022 e possuem vencimento em 25 de outubro de 2027, com pagamentos de juros semestrais. Em 23 de janeiro de 2024, a Companhia recomprou no mercado secundário um volume financeiro total de R\$ 3.012.315,95 desta emissão.

5ª Emissão (Guararapes Confeccões S.A.)

A Companhia realizou a 5ª (quinta) emissão de debêntures, correspondendo a 837.046 (oitocentas e trinta e sete mil e quarenta e seis) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 837.046.000,00 (oitocentas e trinta e sete milhões e quarenta e seis mil reais), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2022. As debêntures foram emitidas em 10 de maio de 2022 e possuem vencimento em 10 de maio de 2027, com pagamentos de juros semestrais. Em 23 de janeiro de 2024, a Companhia recomprou no mercado secundário um volume financeiro total de R\$ 1.004.054,32 desta emissão.

4ª Emissão (Guararapes Confeccões S.A.)

A Companhia realizou a 4ª (quarta) emissão de debêntures, correspondendo a 1.100.000 (um milhão e cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo R\$ 585.281.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e um mil reais) da Debênture de Primeira Série e R\$ 514.719.000,00 (quinhentos e quatorze milhões, setecentos e dezenove mil reais) da Debênture de Segunda Série, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2020. As debêntures foram emitidas em 27 de novembro de 2020 e a primeira série venceu em 27 de novembro de 2023. A segunda série vence em 27 de novembro de 2025. Ambas têm pagamentos de juros semestrais. Em 28 de março de 2024, a Companhia promoveu o resgate antecipado da totalidade das debêntures da segunda série em circulação desta 4ª emissão.

3ª Emissão (Guararapes Confeccões S.A.)

A Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão de debêntures, correspondendo a 700.000 (setecentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

quirografia com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões reais), sendo R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) da Debênture de Primeira Série e R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) da Debênture de Segunda Série, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2020. As debêntures foram emitidas em 31 de agosto de 2020 e possuem vencimento em 31 de agosto de 2023 para as Debêntures da Primeira Série e 31 de agosto de 2024 para as Debêntures da Segunda Série, com pagamentos de juros semestrais. Em 12 de julho de 2023, a Companhia promoveu o resgate antecipado da totalidade das debêntures da primeira série em circulação desta 3ª emissão e em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia promoveu o resgate antecipado da totalidade das debêntures restantes.

3ª Emissão (Lojas Riachuelo S.A.)

A controlada Lojas Riachuelo realizou a 3ª (terceira) emissão de 300.000 (trezentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de novembro de 2020. As debêntures foram emitidas em 23 de novembro de 2020 e vencimento em 23 de novembro de 2023, com pagamento de juros semestrais. Em 12 de julho de 2023, a Lojas Riachuelo promoveu o resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação desta 3ª emissão.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além do descrito acima, a Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive a manutenção do Índice Financeiro da Companhia igual ou inferior a 3,0 (três inteiros) no exercício fiscal de 2023 a 2027.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para fins deste item, entende-se por:

- I. "Índice Financeiro": significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida da Companhia e EBITDA Ajustado da Companhia a ser verificado anualmente pelo Agente Fiduciário, a partir das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao 4º (quarto) trimestre do exercício fiscal de 2023, inclusive, em diante;
- II. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário, líquido das operações de hedge (swap); (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e
- III. "EBITDA Ajustado" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Resolução CVM 156/2022, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, "Incentivo Fiscal de IR", considerando que a Companhia opta por utilizar o EBITDA Ajustado por entender que o ajuste referente ao "Incentivo Fiscal de IR" contribui para sua geração bruta de caixa, já que não representa uma saída de caixa.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração do resultado consolidado da Companhia para os períodos indicados:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Resultado Operacional (R\$ Mil)	2023	AV %	2022	AV %	AH 2023 vs. 2022
Receita líquida	8.795.386	100,0%	8.458.663	100,0%	4,0%
Receita Líquida - Mercadorias	6.441.345	73,2%	6.180.422	73,1%	4,2%
Receita Líquida - Midway Financeira	2.246.130	25,5%	2.190.678	25,9%	2,5%
Receita Líquida - Midway Mall	107.911	1,2%	87.563	1,0%	23,2%
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(3.653.993)	-41,5%	(3.537.534)	-41,8%	3,3%
CPV - Mercadorias	(3.292.915)	-37,4%	(3.047.388)	-36,0%	8,1%
Custos - Midway Financeira	(361.078)	-4,1%	(490.146)	-5,8%	-26,3%
Lucro bruto	5.141.393	58,5%	4.921.129	58,2%	4,5%
Lucro bruto - Mercadorias	3.148.430	35,8%	3.133.034	37,0%	0,5%
Lucro Bruto - Midway Financeira	1.885.052	21,4%	1.700.532	20,1%	10,9%
Lucro Bruto - Midway Mall	107.911	1,2%	87.563	1,0%	23,2%
Total despesas/receitas operacionais	(4.713.358)	-53,6%	(4.558.587)	-53,9%	3,4%
Despesas com vendas	(2.107.997)	-24,0%	(2.206.948)	-26,1%	-4,5%
Despesas gerais e administrativas	(1.035.534)	-11,8%	(1.007.519)	-11,9%	2,8%
Total despesas operacionais	(3.143.531)	-35,7%	(3.214.467)	-38,0%	-2,2%
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(1.052.628)	-12,0%	(868.223)	-10,3%	21,2%
Despesas de depreciação e amortização	(601.400)	-6,8%	(572.824)	-6,8%	5,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	84.201	1,0%	96.927	1,1%	-13,1%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	428.035	4,9%	362.542	4,3%	18,1%
Resultado financeiro	(449.249)	-5,1%	(406.691)	-4,8%	10,5%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(21.214)	-0,2%	(44.149)	-0,5%	-51,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(13.046)	-0,1%	96.129	1,1%	n.a.
Lucro (prejuízo) líquido	(34.260)	-0,4%	51.980	0,6%	n.a.
Margem Líquida	-0,4%	n.a.	0,6%	n.a.	n.a.
Total Ações ON	499.200	n.a.	499.200	n.a.	0,0%
Lucro por Ação (R\$)	(0,07)	n.a.	0,10	n.a.	n.a.

Receita líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou uma receita líquida consolidada de R\$ 8.795,4 milhões, comparado com uma receita líquida consolidada de R\$ 8.458,7 milhões registradas no mesmo período de 2022, um aumento de R\$ 336,7 milhões ou 4,0%, como resultado de maiores receitas em todos os seus seguimentos operacionais:

- (i) Mercadorias: o desempenho de vendas apresentado no ano foi impulsionado por maiores volumes registrados a partir do segundo semestre de 2023. A aceleração de vendas no segundo semestre do ano em relação ao primeiro período reflete nossas iniciativas focadas em produto, com um sortimento de moda com bossa e qualidade, a preços acessíveis;
- (ii) Midway Financeira: a maior receita líquida no período reflete principalmente iniciativas relacionadas à precificação e maior penetração dos produtos com juros e dos serviços que geram receita de comissões;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (iii) Midway Mall: o crescimento reflete principalmente a receita oriunda da cobrança do estacionamento do shopping, que teve início em janeiro de 2023.

Lucro bruto

O lucro bruto consolidado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 5.141,4 milhões, comparado com um lucro bruto consolidado de R\$ 4.921,1 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 220,3 milhões ou 4,5%, com crescimento em todos os segmentos. O lucro bruto consolidado representou 58,5% e 58,2% da receita líquida consolidada nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Em 2023, o lucro bruto de mercadorias atingiu R\$3.148,4 milhões, crescimento de 0,5% em relação ao lucro bruto de R\$3.133,0 milhões apresentado em 2022. O lucro bruto de mercadorias representou 48,9% da receita líquida de mercadorias, 1,8 p.p. abaixo da margem apresentada no ano anterior, principalmente em função das fracas vendas tanto no final de 2022 como no inverno de 2023, o que levou a Companhia a realizar atividades promocionais mais intensas para ajustar o estoque. Além disso, a Companhia registrou uma menor eficiência da operação fabril em função da implantação do novo ERP no segundo trimestre de 2023.

Despesas operacionais

As despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, compostas pelas despesas com vendas e pelas despesas gerais e administrativas, totalizaram R\$ 3.143,5 milhões comparado com R\$ 3.214,5 milhões no mesmo período de 2022, uma redução de R\$ 70,9 milhões ou 2,2%. As despesas operacionais representaram 35,7% e 38,0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 respectivamente, uma redução de 2,3 p.p. no período. Essa diluição reflete o trabalho realizado pela Companhia nos últimos 2 anos, que envolveu revisões nas estruturas das áreas e serviços de terceiros, além da racionalização dos gastos relacionadas à operação digital. Para os próximos anos, seguiremos atuando com disciplina e controle sobre as despesas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou uma despesa financeira de R\$ 449,2 milhões, comparado com uma despesa financeira de R\$ 406,7 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 42,6 milhões ou 10,5%. O resultado financeiro líquido representou 5,1% e 4,8% da receita líquida consolidada nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento ocorreu principalmente em função do aumento do CDI médio do período, que passou de 12,5% em 2022 para 13,2% em 2023.

Lucro (prejuízo) líquido

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo líquido consolidado de R\$ 34,3 milhões versus um lucro líquido de R\$ 52,0 milhões no mesmo período de 2022.

Os principais fatores foram o aumento das despesas financeiras e das despesas com imposto de renda e contribuição social, já que a Riachuelo parou de constituir IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, além do aumento na alíquota de imposto da Midway Mall decorrente da mudança de tributação de lucro presumido para lucro real.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ mil)	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	1.327.995	1.107.540
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(945.303)	(532.520)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(1.140.858)	(256.646)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(758.166)	318.374

Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 1.328,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 1.107,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$ 220,5 milhões especialmente em função do melhor capital de giro, impactado principalmente pela otimização do ciclo dos estoques de produto acabado, que reduziram em 23 dias no ano de 2023 em relação à 2022, e pelo trabalho feito em recuperação de tributos, parcialmente compensado pela redução de R\$404,4 milhões das obrigações com administradoras de cartões, relacionado com a redução da carteira de crédito da Midway financeira.

Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 945,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 532,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 412,8 milhões é justificado pelo impacto de aplicações em títulos e valores mobiliários líquidas dos resgates. Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução das adições ao imobilizado e ao intangível e pelo recebimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

decorrente da venda de ativos como a aeronave modelo Legacy que pertencia às Lojas Riachuelo e também uma parte do terreno onde operava a fábrica de Fortaleza.

Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.140,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 256,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 884,2 milhões é justificado principalmente por não ter havido captação de dívidas no mercado de capitais em 2023, ao contrário do que ocorreu em 2022, sendo parcialmente compensado pelo menor volume de amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures realizadas no período em comparação a 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultados: os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia provêm a partir (i) da venda de mercadorias das lojas da Riachuelo, Casa Riachuelo, Carter's e FANLAB; (ii) das operações financeiras geradas pelas operações de cartão de crédito, seguros e empréstimo pessoal administrados pela Midway Financeira e Serviços; e (iii) pela receita de locação de lojas com o Midway Shopping.

No ano de 2023, a receita líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 8.795,4 milhões, com crescimento de 4,0% quando comparado com a receita líquida consolidada de 2022. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida de mercadorias (R\$ 6.441,3 milhões em 2023), pela receita líquida da Midway Financeira (R\$ 2.246,1 milhões em 2023), e pela receita líquida do Midway Mall (R\$ 107,9 milhões em 2023).

O segmento de mercadorias apresentou uma receita líquida de R\$ 6.441,4 milhões em 2023, um aumento de 4,2% em relação ao ano de 2022. As vendas no critério mesmas lojas físicas (SSS) aumentaram 4,9% em comparação ao mesmo período de 2022. Destaque para a aceleração nas vendas observada no segundo semestre do ano em relação ao primeiro período, que saiu de uma retração de 0,2% para um crescimento de 7,9%, como reflexo das iniciativas da Companhia focadas em produto, com um sortimento de moda com bossa e qualidade, a preços acessíveis.

A receita líquida da Midway Financeira alcançou R\$ 2.246,1 milhões, uma evolução de 2,5% comparado com 2022, relacionada principalmente com o crescimento da receita de operações de cartão e da receita de comissões, desempenho que reflete principalmente o ajuste de precificação e maior penetração dos produtos com juros, além dos serviços que geram receita de comissões, como seguros e assistências.

O Midway Mall apresentou uma receita líquida de R\$ 107,9 milhões no acumulado do ano, 17,7% maior em relação a 2022, principalmente em função da receita relacionada à cobrança para utilização do estacionamento, que teve início em janeiro de 2023.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Durante 2023, a Companhia acompanhou uma retomada significativa no seu desempenho, com evoluções e fortalecimento do seu ecossistema. Mesmo diante dos desafios do cenário macroeconômico, a Companhia seguiu focada em extrair ainda mais eficiência do seu *core business* e evoluir a rentabilidade da Midway financeira. A Companhia avançou em suas prioridades estratégicas, centradas em quatro pilares fundamentais: (i) Obsessão por produto, (ii) Democratizar o acesso à moda, (iii) Os nossos ativos têm que valer mais, e (iv) Eficiência

2.2 Resultados operacional e financeiro

operacional.

O foco em fortalecer a proposta de valor da linha de vestuário, a partir de uma gestão de categorias mais eficaz, tem permitido a Companhia impulsionar o crescimento e otimizar a gestão de margem nas principais categorias de moda. No segundo semestre de 2023, a Companhia registrou uma aceleração no desempenho de vendas em relação ao observado na primeira metade do ano.

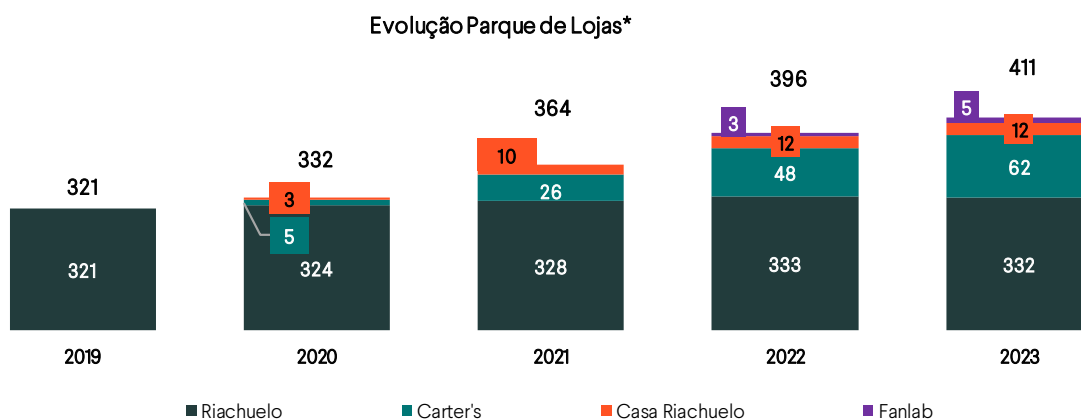
A subcategoria beleza, composta por perfumes, maquiagem e itens de higiene pessoal, seguiu apresentando importante evolução nas vendas e vem aumentando sua participação, com muita aderência à proposta de valor da Riachuelo. A subcategoria Casa, que inclui as vendas de produtos de casa nas lojas Riachuelo e as vendas nas lojas Casa Riachuelo, observou que os desafios relacionados ao cenário macroeconômico ainda impactaram negativamente o desempenho dessa subcategoria na primeira metade do ano, porém, no último trimestre de 2023, observou uma retomada de crescimento nas vendas, resultado dos ajustes em sortimento e do período de festas registrado no final de ano. Já em Eletrônicos, a Companhia permanece enfrentando as dificuldades decorrente da menor demanda por essa classe de produtos.

Na Midway financeira, a Companhia tem buscado oportunidades na concessão de crédito sem deterioração do risco, o que tem resultado em safras mais saudáveis quando comparadas às mais antigas. Ao mesmo tempo, continua operando com cautela na concessão dado o alto nível de endividamento das famílias, mantendo-se atenta ao ciclo de queda na inflação e retomada do crescimento da renda, o que podem trazer oportunidades para 2024.

O desempenho do Midway Mall está diretamente relacionado com o fluxo de clientes frequentando o shopping, e especificamente em 2023, o início da operação do estacionamento.

Em 2023, a Companhia seguiu sua estratégia de expansão e inaugurou 20 lojas durante o ano, sendo 14 Carter's, 4 Riachuelo e 2 FANLAB. Também teve alguns encerramentos pontuais em Riachuelo, como parte do fluxo regular de ajuste de portfólio da Companhia. Dessa forma, finalizou o ano com 411 lojas, estrategicamente distribuídas em todas as regiões do Brasil, das quais 332 são lojas da Riachuelo, 62 Carter's, 12 Casa Riachuelo e 5 FANLAB. Além disso, possuímos outras lojas no modelo store in store (SIS), sendo 13 Casa Riachuelo SIS e 2 Carter's SIS.

2.2 Resultados operacional e financeiro



(*) Não inclui as lojas no modelo store in store.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é diretamente impactada por alterações no volume de vendas, pelo aumento no número de lojas, pela diferenciação dos seus produtos e de suas coleções e pela modificação nos níveis gerais de preços que poderão reduzir o poder de compra do consumidor.

A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda, no qual o ciclo de vida dos produtos é extremamente curto, o que dificulta a comparação de preços entre os períodos.

Sendo assim, ainda que o índice de inflação (IPCA) tenha atingido 4,62% em 2023 e 5,79% em 2022, este não pode ser considerado como principal responsável pelo aumento das receitas decorrentes de vendas apresentado pela Companhia.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação pode afetar os resultados operacionais da Companhia, em razão do aumento nos custos dos insumos das mercadorias, podendo impactar o preço final de venda.

Variações na taxa de câmbio e na taxa de juros também podem afetar de maneira positiva ou negativa os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Flutuações na taxa de câmbio afetam os custos dos insumos e produtos importados gerando impactos na margem bruta da Companhia. Já as alterações nas taxas de juros afetam o custo do capital e a propensão ao consumo de seus clientes.

Embora as variações dos fatores acima possam afetar seus resultados operacionais, a Companhia entende que melhorias nos processos que são continuamente implementadas e a consolidação

2.2 Resultados operacional e financeiro

do modelo integrado (Indústria, Varejo e Operação Financeira) propiciam alternativas para neutralizar eventuais impactos negativos causados pela inflação, taxa de juros e câmbio.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alterações nas práticas contábeis com impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opiniões modificadas, ênfases ou ressalvas no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No último exercício social não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante durante o ano de 2023 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

(c) Eventos ou operações não usuais

No último exercício social não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2023 ("Resolução CVM 156"), conciliada com a medida contábil (lucro líquido) apresentada nas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido consolidado do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização ("EBITDA").

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

O EBITDA Ajustado consiste no ajuste do EBITDA por outros itens, como despesas e receitas não recorrentes que afetam o resultado líquido da Companhia.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medidas operacionais, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser consideradas como base para distribuição de dividendos.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem significado padrão e a suas definições podem não ser comparáveis com as definições de EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado utilizadas por outras empresas, tampouco com as definições provenientes das informações contábeis históricas de EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado utilizadas pela Companhia.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez,

2.5 Medições não contábeis

afetar significativamente os seus lucros, tais como resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social, depreciação e amortização, e pelo ganho no valor justo de propriedades para investimentos que não têm efeito caixa.

A Companhia apresenta a seguir os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e a Margem EBITA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(em R\$ mil, exceto %)	Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de:	
	2023	2022
EBITDA	1.052.397	961.948
Margem EBITDA	12,0%	11,4%
(-) Outros itens	(24.507)	(13.832)
Alienação de imobilizado	(55.210)	(46.954)
Baixa de Ativos	30.704	-
Recuperação de tributos - Lei do Bem	-	(118.213)
Encerramento fábrica de Fortaleza	-	39.044
Honorários advocatícios	-	14.674
Despesas na Midway Financeira	-	97.617
EBITDA Ajustado	1.027.890	948.116
Margem EBITDA ajustada	11,7%	11,2%

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

(em R\$ mil, exceto %)	Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de:	
	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido	(34.260)	51.980
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	13.046	(96.129)
(+) Resultado financeiro	449.249	406.691
(+) Depreciação e amortização	624.362	599.406
EBITDA	1.052.397	961.948
Receita líquida	8.795.386	8.458.663
Margem EBITDA	12,0%	11,4%
(-) Outros itens	(24.507)	(13.832)
EBITDA Ajustado	1.027.890	948.116
Margem EBITDA ajustada	11,7%	11,2%

2.5 Medições não contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o seu desempenho e para embasar decisões de natureza administrativa, facilitando a comparabilidade de sua estrutura ao longo dos anos. A Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma empresa sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, flutuações de taxas de juros e outros impactos.

No entanto, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a utilização como medidas de lucratividade da Companhia, na medida em que não consideram determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação, além de despesas e receitas não recorrentes, no caso do EBITDA Ajustado, que afetam o resultado líquido da Companhia. Dessa forma, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não devem ser considerados isoladamente, ou como indicadores substitutos para medir lucro operacional ou lucro líquido, tampouco como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Recompra de debêntures

Em 23 de janeiro de 2024, a Companhia optou pela recompra das debêntures em circulação da quinta (ativo GUAR15) e sexta (ativo GUAR16) emissões, ambas emitidas em série única, no montante de R\$1,0 milhão e R\$3,0 milhões, respectivamente, nos termos do disposto na escritura particular da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória.

Resgate antecipado de debêntures pela companhia

Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia resgatou antecipadamente as debêntures da segunda série em circulação da terceira emissão (ativo GUAR23), no montante de R\$79,8 milhões, nos termos do disposto nas cláusulas 6.18 e 6.28 da escritura particular da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória.

Desta forma, tais debêntures foram canceladas mediante o pagamento do valor nominal das debêntures da segunda série em circulação, acrescido da remuneração aplicável, conforme o caso, com pagamento de prêmio, calculados com base nos termos da referida escritura. A primeira série da terceira emissão (ativo GUAR13) já havia sido cancelada em 2023.

Recebimento de Dividendos

Em 05 de março de 2024, a Companhia recebeu dividendos distribuídos das controladas Lojas Riachuelo e Transportadora Casa Verde, nos valores de R\$ 13,6 milhões e R\$ 929 mil, respectivamente. Na controlada Lojas Riachuelo, tais dividendos foram provisionados no encerramento do exercício de 2021, e na controlada Transportadora Casa Verde foram provisionados R\$ 613 mil no encerramento do exercício de 2022 e R\$ 315 mil no encerramento do exercício de 2023, totalizando R\$ 928 mil.

2.7 Destinação de resultados

Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (" <u>Lei das Sociedades por Ações</u> "), o lucro líquido ajustado da Companhia possui a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de Juros sobre Capital Próprio e distribuição de dividendos anuais, conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia; e (c) o saldo remanescente do lucro líquido ajustado, excetuando as reservas de incentivos fiscais do ICMS, será destinado à Reserva de Lucro, visando reforçar o capital de giro e novos investimentos da Companhia.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia reportou prejuízo no último exercício social
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, excluídas as reservas constituídas de incentivos fiscais, fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo o Conselho de Administração da Companhia decidir pela distribuição antecipada de dividendos, quando permitirem os lucros já apurados. Além disso, a Companhia: (i) poderá efetuar pagamento ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio, nos termos da legislação vigente, podendo tais valores serem imputados ao valor dos dividendos anuais previstos no Estatuto Social (ii) deverá compensar os dividendos anuais com os juros creditados aos acionistas durante o exercício social, que terão garantido o pagamento do saldo remanescente, se houver (iii) não poderá cobrar o excedente dos acionistas, caso o valor dos dividendos anuais for inferior aos juros creditados.

2.7 Destinação de resultados

	2023
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Distribuição anual e com prescrição após 03 (três) anos a contar da data do aviso de seu pagamento, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, o mesmo se aplicando aos juros sobre o capital próprio.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não sofreu quaisquer restrições referentes à distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à emissora, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	<p>No dia 26 de julho de 2019, o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados da Companhia.</p> <p>A política pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.riachuelo.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/), e no site da CVM (www.cvm.gov.br).</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia referente ao último exercício.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciado no balanço patrimonial da Companhia referente ao último exercício.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciado no balanço patrimonial da Companhia referente ao último exercício.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciado no balanço patrimonial da Companhia referente ao último exercício.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao último exercício.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- (a) Investimentos, incluindo:
- (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

De acordo com sua estratégia de alocação de capital, em 2023 a Companhia concentrou-se em implementar seu plano de investimentos com disciplina e priorizando os projetos essenciais. Como resultado, conseguiu reduzir significativamente seus investimentos, mas sem negligenciar os projetos cruciais para assegurar sua sustentabilidade e o progresso futuro.

Dessa forma, ao longo do ano de 2023, os investimentos da Companhia em ativos fixos totalizaram R\$ 377,0 milhões, uma redução de 36,0% comparado com os R\$ 588,8 milhões investidos em 2022, relacionada principalmente com a menor quantidade de inaugurações e revitalizações de lojas, além da redução da intensidade nos investimentos feitos em tecnologia.

Investimentos (R\$ Mil)	2023	(%)	2022	(%)
Tecnologia & Transformação Digital	251.828	67%	313.453	53%
Remodelações	37.894	10%	98.370	17%
Lojas novas	37.382	10%	82.073	14%
Manutenção	21.623	6%	33.366	6%
Centros de distribuição	13.067	3%	12.959	2%
Outros	5.659	2%	3.757	1%
Fábrica	9.414	2%	30.051	5%
Sistemas de gestão	100	0%	14.799	3%
Total	376.967	100%	588.829	100%

De maneira consolidada, o Plano de Investimentos da Companhia para 2024 está estimado em R\$ 430,0 milhões e contempla: (i) expansão do varejo e remodelações de lojas; (ii) investimentos na estrutura da Midway Financeira, CD e fábrica; (iii) tecnologia, inovação e todos os demais investimentos relativos às operações do Grupo. Dessa forma, para 2024, foi proposto pelos Administradores o seguinte orçamento do capital:

Orçamento de capital – R\$ mil	Projeção 2024
Tecnologia & Transformação Digital	262.800
Lojas novas	52.900
Remodelações e manutenções	45.900
Fábrica	28.800
Centros de Distribuição	23.900
Outros	15.700
Total de investimento em capital fixo (Grupo)	430.000

2.10 Planos de negócios

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos dos investimentos utilizados nos projetos da Companhia e de suas controladas costumam ser de própria geração de caixa operacional, captações através do mercado de capitais e financiamentos com bancos privados.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor Com o intuito de dar continuidade ao seu plano de expansão, em 2023 a Companhia inaugurou 20 lojas, sendo 4 Riachuelo, 14 Carter's, e 2 FANLAB. O processo de expansão reflete o objetivo da Riachuelo de conquistar novos mercados e consolidar suas posições regionais através de inaugurações e remodelações de lojas.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há projetos para novos produtos e serviços com investimentos relevantes além dos já citados anteriormente.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No setor de varejo têxtil, a sustentabilidade se traduz em desafios, tais como, a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), redução da pegada hídrica (quantidade de água utilizada

2.10 Planos de negócios

na fabricação de um produto), ecoeficiência em todas as operações e gestão dos resíduos e de químicos. Há também oportunidade de grandes melhorias em aspectos específicos da produção e venda de têxteis, como uso de matérias-primas mais sustentáveis e produtos com menor impacto ambiental, além da promoção de reciclagem em circuito fechado. A sustentabilidade é um dos pilares do modelo de negócio da Companhia. Com uma gestão integrada, faz parte do seu plano de negócios manter a rastreabilidade de 100% da energia consumida no Grupo Guararapes; aumentar a participação de matérias-primas (algodão e viscose) mais sustentáveis; aumentar a participação de produtos mais sustentáveis disponíveis nas lojas da Riachuelo; e a evolução do Hub de Inovação em Circularidade para a Sustentabilidade, com lançamento de uma coleção circular feitas a partir de resíduos pré-consumo de nossa fábrica de Natal. A ideia é transformar esses produtos em uma linha de produtos perene.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos ("Política"), aprovada em 26 de julho de 2019 e revisada em 26 de agosto de 2022, pelo seu Conselho de Administração, que tem por objetivo definir as diretrizes a serem observadas para identificação, avaliação, controle e monitoramento contínuo dos riscos e dos controles internos Companhia, visando o fortalecimento do ambiente de governança corporativa, à aderência dos controles internos aos normativos vigentes e às diretrizes contidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa.

A Política e as demais informações sobre as normas de Gerenciamento de Riscos estão disponíveis no website de RI da Companhia (<https://ri.riachuelo.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>).

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política tem como objetivo estabelecer regras e procedimentos para o gerenciamento adequado dos diferentes riscos aos quais a Companhia está exposta, utilizando técnicas de gestão de riscos que permita aos gestores autonomia e responsabilidade para balancear riscos propiciando a melhor tomada de decisão estratégica, tática e operacional da Companhia.

A Política orienta e direciona a alta administração da Companhia na tomada de decisões visando melhorar o desempenho da organização pela identificação de oportunidades de ganhos e de redução de probabilidade e/ou impacto de perdas, indo além do cumprimento de demandas regulatórias.

Além da Política, a Companhia conta ainda com diversas políticas de gestão para controle de diferentes tipos de riscos, tais como: Política de Auditoria; Política de Compliance; Política de Destinação de Resultados; Política de Prevenção de Combate a Corrupção; Política de Divulgação de Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários; Política de Partes Relacionadas; Política de Indicação e de Remuneração dos Administradores; Política de Segurança da Informação; Política de Atendimento e CRM; Política de Sustentabilidade e, ainda, os Códigos de Ética e Conduta para colaboradores e fornecedores.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

De acordo com a Política, a Companhia passa a adotar cinco classes de risco, a saber:

- **Risco Estratégico:** Possibilidade de perda devido a resultados inadequados de decisões estratégicas ou ainda falta de capacidade de resposta em relação ao ambiente interno e/ou externo.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Risco de Imagem / Reputacional:** Possibilidade de ocorrência de perdas de credibilidade da Companhia junto ao público externo e interno, causado por má interpretação ou falha na comunicação; por divulgação de informações incorretas, incompletas ou imprecisas, por pessoas não autorizadas ou por meios de comunicação inadequados e por veiculação de notícias negativas sobre a Companhia ou segmento.
- **Risco Financeiro:** Os riscos financeiros, em definição, são todas as possibilidades (variantes) que podem levar a empresa a perder dinheiro, seja através de transações financeiras, erros de execução de processos, investimentos, dentre outros. Basicamente, esses riscos sempre existirão em qualquer operação que envolva dinheiro.
- **Risco Regulatório / Legal / Tributário:** São os riscos relacionados com o descumprimento ou falta de habilidade em cumprir a legislação ou regulamentação aplicáveis.
- **Risco Operacional:** Possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Companhia, bem como de eventos externos que causem prejuízos na execução de suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Gestores e colaboradores gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, são os responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

Os riscos aos quais a Companhia está exposta são identificados pela Diretoria Estatutária e gerências da Companhia com avaliações independentes em processos e controles, respeitando o princípio das três linhas de defesa:

A **Primeira linha:** é representada pelos Diretores e demais gestores de cada área de negócio ou suporte, que são responsáveis pelas suas especialidades e gestão dos riscos e controles dos processos sob sua responsabilidade;

A **Segunda linha:** é representada pela área de Controles Internos, que é responsável por dar consultoria e apoiar a primeira linha em seu ambiente de riscos e controles, sendo preventivo na identificação e mitigação de riscos, bem como garantir o monitoramento e reporte tempestivo de riscos relevantes e desvios considerando os níveis de tolerância;

A **Terceira linha:** é representada pela Auditoria Interna, que promove avaliações independentes e periódicas e reporta à alta gestão.

As áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna fornecem avaliações de alto nível de independência e objetividade dentro da organização ao Comitê de Auditoria Estatutário,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Diretoria o Conselho de Administração da Companhia. A auditoria interna provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como os gestores das áreas e as diversas funções de gerenciamento de riscos e conformidade alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle de forma independente e com reporte direto ao Comitê de Auditoria Interna e Conselho de Administração.

A Política está estruturada para garantir que:

- A identificação e avaliação dos riscos sejam realizadas pelo menos anualmente;
 - Seja estabelecido um adequado perfil dos riscos, detalhando os resultados da avaliação dos riscos;
 - Os riscos identificados sejam classificados de acordo com o impacto potencial na Companhia;
 - As ações sejam implementadas no tratamento dos riscos identificados;
 - O resultado dessas ações seja comunicado aos níveis adequados da organização, como Diretoria, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Riscos e Conselho de Administração.
- **Riscos relacionados ao emissor e ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e prevalecer em deliberações que exijam a aprovação da Assembleia Geral de acionistas, tais como aprovação de determinadas operações com partes relacionadas e alienações, reorganizações societárias e valor do pagamento de quaisquer dividendos futuros, bem como redução do montante pago a título de dividendo obrigatório, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, observadas as exigências e restrições legais e regulamentares para o exercício do direito de voto e aprovação de tais operações.

Não se pode assegurar que os interesses desses acionistas controladores (ou detentores de nosso Poder de Controle, conforme o caso) estarão alinhados com os interesses dos demais investidores.

- **Riscos relacionados às suas controladas e coligadas**

A Companhia adota política para gerenciamento de riscos, bem como estrutura de Compliance Corporativo, Controles Internos e Auditoria Interna, que atende também suas controladas, visando garantir melhor governança de seus processos e mitigação dos riscos aos quais estão expostas. A controlada indireta Midway Financeira conta ainda com a estrutura de Ouvidoria.

- **Riscos relacionados aos seus fornecedores**

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia adotou como prática o procedimento interno de Know your supplier ("KYS") ou "Conheça Seu Fornecedor" como medida preventiva e de gerenciamento de riscos, liderada pelo seu departamento de Compliance Corporativo, no intuito de evitar que possíveis negócios sejam firmados entre fornecedores ligados a atos ilícitos e a própria Companhia. Para tanto, as empresas interessadas submetem-se a um processo de cadastro que compreende (i) a análise e aprovação da documentação empresarial, societária e fiscal e (ii) a análise de bases de dados relevantes para verificar o histórico delas, com o objetivo de atestar a regularidade dentro dos padrões de conformidade previamente estabelecidos pela Companhia.

Combinado com isso, o departamento de Gestão de Cadeia de Fornecedores atualmente conduz as auditorias nas empresas que pretendem comercializar produtos têxteis, com foco especial na identificação de irregularidades relacionadas a: (i) saúde e segurança do trabalho; (ii) infraestrutura dos imóveis; (iii) organização das áreas de produção; (iv) questões ambientais; (v) responsabilidade social; (vi) regularidade fiscal e (vii) regularidade trabalhista. Além disso, a Companhia exige que todos os seus fornecedores estejam formalmente de acordo com o seu Código de Ética e Conduta. Já para aqueles fornecedores do ramo têxtil é necessária a certificação e qualificação emitida pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), de forma a combater práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou trabalho infantil.

- **Riscos relacionados aos seus clientes**

As Midway Financeira, controlada da Companhia, possui processos de prevenção e mitigação do risco de inadimplência dos clientes da marca Riachuelo, composto por três instrumentos, além de outras práticas e políticas adotadas internamente pela Companhia e suas controladas: (i) modelo de credit scoring, focado na análise de concessão de crédito; (ii) ferramenta estatística de behaviour scoring, que avalia periodicamente o aumento ou redução no risco de inadimplemento e (iii) ferramenta específica destinada à prevenção e detecção de fraudes.

- **Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atua**

Para mitigar o risco de crescimento da sua concorrência, a Companhia diferencia-se no seu mercado de atuação por meio de ações inovadoras, como a adoção do modelo de negócios de Fast Fashion, além da celebração de parcerias com grifes de luxo e estilistas renomados, de forma a aumentar a atração de consumidores para as suas lojas.

Para mitigar os riscos de ciclos econômicos desfavoráveis, a Companhia optou por oferecer aos seus clientes diversas formas de pagamento, visando mitigar os efeitos de uma eventual redução no poder de compra dos seus clientes.

- **Riscos relacionados às questões socioambientais**

Ações Mitigatórias dos Riscos Sociais

Além das auditorias sociais, realizamos constantemente a devida diligência em nossos fornecedores de produto, de primeira e segunda linha, e também em nossos sellers do

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Marketplace. O objetivo é checarmos o respeito aos direitos humanos e sobretudo o cumprimento das principais obrigações trabalhistas. Nesse processo de acompanhamento, há planos de ações corretivas caso sejam constatadas situações de irregularidade.

Para executar esse processo, a Companhia realiza consultas constantes das situações de regularidade em seus fornecedores, nos intervalos das auditorias sociais, por meio da captação de documentação trabalhista e ambiental de suporte. As checagens são realizadas por profissionais dedicados ao tema. Se for necessário, planos de ações são elaborados e discutidos com os fornecedores, dentro de prazos antecipadamente estabelecidos para a reparação.

Ações Mitigatórias dos Riscos Ambientais

- Inventário de emissões de gases efeito estufa
- Inventário Hídrico
- Adesão ao Carbon Disclosure Program ("CDP")
- Adoção dos métodos e ferramentas da Science Based Targets ("SBTi")
- Meta de redução de 30% das emissões até o final de 2022 em relação a 2019)
- Programa de gestão de químicos (substâncias restritas)
- Programa de coleta de produtos no pós consumo (programa Moda que Transforma)
- Investimento de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (reciclagem têxtil)

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O modelo de gerenciamento de riscos da Companhia é baseado no conceito de Linhas de Defesa.

1ª Linha: formada pela gestão operacional das áreas de negócio e colaboradores em geral e é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos de acordo com as diretrizes de apetite de riscos da Companhia. É responsável também pela implementação de planos de ação e garantir a manutenção de controles.

2ª Linha: Composta, pelas áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance, a quem compete definir os padrões a serem seguidos nos processos de controles internos e gerenciamento de riscos; consolidar a avaliação de riscos da Companhia e submeter relatórios periódicos à Diretoria, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário; e apoiar os gestores responsáveis na definição e execução dos planos de ação.

3ª Linha: Atuação independente da Auditoria Interna, que deve revisar periodicamente os principais riscos e controles de gerenciamento de riscos implementados, reportando-se à

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

administração da Companhia e efetuar testes nos controles internos a fim de avaliar a efetividade destes.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia pode ser visualizada no organograma abaixo:



As competências de cada um desses órgãos e responsáveis são as dispostas a seguir:

Conselho de Administração: (a) definir a estratégia da Companhia para atendimento de seus objetivos de negócio; (b) definir e revisar periodicamente o Apetite a Riscos e Tolerância a Riscos na condução dos negócios da Companhia; (c) aprovar a aceitação dos Riscos classificados como "Crítico"; (d) aprovar os relatórios de controles internos, Compliance Corporativo; (e) supervisionar, com suporte de seus Comitês de Assessoramento, a efetividade da estrutura e do processo de Gerenciamento de Riscos; (f) assegurar autonomia operacional ao Comitê de Auditoria Estatutário, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; (g) avaliar, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento da área de Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário são suficientes ao desempenho de suas funções; e (h) rever anualmente o sistema de governança corporativa e de gerenciamento de riscos da Companhia, visando a aprimorá-los.

Comitê de Auditoria Estatutário: (a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras (c) acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e da Área de Controles Internos da Companhia; (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (g) elaborar, anualmente, relatório resumido do Comitê de Auditoria Estatutário contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ao Conselho de Administração; (h) avaliar, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento da Área de Auditoria são suficientes ao

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

desempenho de suas funções; e (i) encaminhar o reporte das atividades da Área de Auditoria Interna ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria Estatutário deve se reportar ao Conselho de Administração, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário.

Diretoria Estatutária: (a) estabelecer processo a ser utilizado na gestão de controles internos e Risco corporativo; (b) coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que tange os processos de controles internos e Risco corporativo, os sistemas de suporte e as formas e a periodicidade dos seus reportes; (c) identificar Riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização; (d) aprovar a aceitação dos Riscos classificados como "Alto", "Médio" ou "Baixo"; (e) propor a aceitação dos Riscos classificados como "Crítico" ao Conselho de Administração; (f) validar os Riscos inerentes à operação da Companhia levando em consideração sua relevância e sua probabilidade de ocorrência; (g) contribuir para elaboração do relatório de Riscos; (h) comunicar, no menor prazo possível, a área de Auditoria Interna sobre Riscos não identificados, sejam eles novos ou não; (i) estabelecer os planos de ação e assegurar a implementação dos mesmos; e (j) validar os relatórios de Riscos corporativos e de controles internos. A Diretoria Estatutária deve se reportar ao Conselho de Administração.

Área de Auditoria Interna: (a) prover o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Diretor-Geral com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade e qualidade do Gerenciamento de Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia; (b) revisar os principais riscos e controles vigentes identificados, dentro de seu papel de avaliador independente do ambiente de controles internos e do desempenho das áreas de negócio; (c) efetuar testes nos controles internos com objetivo de avaliar a sua efetividade; (d) apoiar os gestores responsáveis na definição e execução dos planos de ação e prazo necessários para tratamento dos Riscos, quando necessário, e notificar os descumprimentos de acordo com as devidas alçadas; e (e) conscientizar os gestores responsáveis sobre a importância do Gerenciamento de Riscos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia. A Área de Auditoria Interna deve se reportar ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário. Alternativamente à constituição de área própria de auditoria interna, a companhia poderá contratar auditor independente registrado na CVM, responsável por essa função.

Áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance: (a) estabelecer processo a ser utilizado nos controles internos e no gerenciamento de riscos; (b) coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que tange os processos de controles internos e gerenciamento de riscos, os sistemas de suporte e as formas e a periodicidade dos seus reportes; (c) apoiar os gestores responsáveis na definição e execução dos planos de ação e prazo necessários para tratamento dos riscos e notificar os descumprimentos de acordo com as devidas alçadas; e (d) conscientizar os gestores responsáveis sobre a importância do gerenciamento de riscos e a responsabilidade inerente aos administradores, colaboradores e prestadores de serviços alocados

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

fisicamente nas dependências da Companhia. As Áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance devem se reportar aos Diretores responsáveis por suas áreas de atuação na Companhia e ao Comitê de Auditoria Estatutário. É vedada a acumulação das funções de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance com atividades operacionais.

Gerências: (a) identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação; (b) estabelecer controles para os riscos prioritários; (c) implantar os planos e acompanhar as ações corretivas e/ou preventivas em suas áreas; (d) fazer a interface das áreas de negócios e funcionais com a área de Auditoria Interna; (e) definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas; e (f) reportar os riscos em mudanças ou na criação de novos processos para a Área de Riscos e Controles Internos, criando controles mitigatórios enquanto primeira linha de defesa. Os gerentes devem se reportar ao Diretor responsável por suas áreas de atuação na Companhia.

Colaboradores: (a) assegurar a operacionalização do Gerenciamento de Riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando controles preventivos e corretivos ou detectivos; e (b) participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente da gestão de riscos na empresa. Os colaboradores devem se reportar ao gerente responsável por suas áreas de atuação na Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nos resultados dos processos de auditoria interna conduzidos pela área de Auditoria Interna e de avaliação de riscos e controles conduzidos pela área de Controles Internos e Riscos, a Companhia reavalia os riscos aos quais ela está exposta e implementa as adaptações cabíveis nas práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, conforme necessário, e entende que suas estruturas atuais são adequadas para o cumprimento efetivo da Política adotada pela Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementa e monitora os controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras e práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB, bem como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a legislação aplicável.

O processo de avaliação de controles internos prevê atuação conjunta com as áreas de negócio para avaliação de riscos e mapeamento de processos, bem como a validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que possam afetar a capacidade de a Companhia iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras.

Ainda, compete ao Conselho de Administração avaliar as informações contábeis trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, discutir as políticas contábeis críticas que suportam o processo de elaboração das demonstrações financeiras, avaliar periodicamente a adequação dos controles internos e demais relatórios contendo informações financeiras e não financeiras relevantes da Companhia. Em caso de deficiências identificadas no processo de elaboração das informações financeiras da Companhia, o Conselho de Administração deve tomar as providências para corrigi-las.

Dessa forma, a Companhia entende que, com a implementação integral da sua estrutura de conteúdos as necessidades referentes ao tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia realiza e assegurarão a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma área exclusiva para o monitoramento, aprimoramento e atualização dos controles internos, denominada Controles Internos. Possui também uma estrutura de auditoria interna independente, que realiza testes específicos de acordo com o plano de auditoria anual aprovado e acompanhado pelo Comitê de Auditoria e também a auditoria independente.

A alta Administração designa gerentes e diretores como donos de processo, que atuam na execução, gestão e no funcionamento diário dos controles internos dos processos sob sua gestão, bem como nos planos de mitigação de deficiências, com o suporte e orientação de Controles Internos, sempre que necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

Os resultados também são apresentados para as áreas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance, bem como para o Comitê de Auditoria, onde as suas funções estão descritas no item 5.1.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão do grau de eficiência de controles internos da Companhia é feita pela gerência de Auditoria Interna que se reporta ao Comitê de Auditoria e pelos auditores independentes com atuação de gerentes e sócio.

Caso a Auditoria Interna identifique quaisquer falhas, são criados planos de ação focados na correção de tais falhas e na consequente mitigação de riscos. As atividades da área de Auditoria Interna da Companhia são conduzidas por meio de um sistema de controle que garante a supervisão dos responsáveis por cada ação e, ao fim de cada trabalho, é exigida a validação da efetividade do plano de ação por meio de follow-ups por parte dos auditores responsáveis pelo tratamento de cada uma das falhas identificadas.

Para as deficiências identificadas pelos auditores externos, a área de Controles Internos é responsável pelo encaminhamento às áreas responsáveis, pela avaliação dos planos de ações criados e monitoramento e implementação de tais planos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Com base na carta sobre comunicação de deficiências nos controles internos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi identificada uma deficiência significativa conforme descrita abaixo:

- Ausência de evidência adequada e suficiente para suportar as conciliações contábeis realizadas

Recomendação: Melhorias nos procedimentos de formalização da atividade de conciliação e salvaguarda das documentações suporte e respectivas explicações sobre as diferenças, quando aplicável, e evidência de revisão e aprovação pelos responsáveis pertinentes.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia adquiriu uma ferramenta para formalização das conciliações, que permitirá a salvaguarda e centralização de todas as conciliações, bem como a inclusão de maiores detalhes dos suportes utilizados, diferenças não conciliadas, tratativas e revisão dos gestores. A

5.2 Descrição dos controles internos

administração da Companhia espera que a ferramenta esteja completamente implementada, de modo a sanar a deficiência apontada, até o encerramento do exercício social corrente.

5.3 Programa de integridade

Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia objetiva assegurar e reforçar o seu compromisso com o cumprimento das determinações contidas na Lei federal nº 12.846/2013 ("Lei Brasileira de Anticorrupção") e demais legislações relacionadas, nacionais e internacionais, a fim de garantir que sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência durante a condução dos seus negócios.

Para tanto, a Companhia implementa treinamentos anuais aos seus colaboradores, incentiva o uso do Canal de Denúncias, exige a rígida aplicação das normas estabelecidas no seu Código de Ética e Conduta, o estrito cumprimento de suas políticas, em todas as suas interações diretas e indiretas, com colaboradores, clientes, agentes públicos, fornecedores e parceiros, bem como promove internamente ações que fortalecem seus valores e educam a todos sobre práticas repudiadas, como é o caso da corrupção.

Adicionalmente, a Companhia conta com a Política interna de Prevenção e Combate à Corrupção, que abrange os temas regulados pela mencionada Lei Brasileira Anticorrupção e traz os seus posicionamentos para o combate e prevenção de ilícitos de corrupção e atos correlatos. Além da referida política, a Companhia inclui cláusulas de anticorrupção nos contratos firmados com fornecedores e prestadores de serviços.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade:

Código de Ética e Conduta ("Código"): O Conselho de Administração aprovou em 26/07/2019 o Código de Ética e Conduta da Companhia e o atualizou pela última vez em 21 de maio de 2024.

Este Código aplica-se aos Acionistas, membros do Conselho de Administração, Diretoria, Comitês Estatutários, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Empregados, Colaboradores, Fornecedores e Prestadores de Serviços da Companhia e demais empresas que compõem seu grupo econômico.

O Código tem como principal objetivo esclarecer todas as condutas esperadas no desempenho de suas atividades, além de direcionar as principais recomendações sobre as relações estabelecidas entre os seus colaboradores, fornecedores, clientes, concorrentes, órgãos

5.3 Programa de integridade

governamentais, associações de classe etc. Além disso, o Código prevê regras relativas aos conflitos de interesses, recebimento de brindes e gratificações, propriedade intelectual, proteção de dados sensíveis, relacionamento com a imprensa, saúde e segurança, responsabilidade socioambiental da Companhia, bem como as medidas disciplinares aplicáveis nos casos de violação às normas de conduta, assim como detalhes sobre o acesso e o funcionamento do Canal de Denúncias.

Canal de Denúncias ("Canal"): O Canal é disponibilizado pela Companhia a todos os seus colaboradores e/ou terceiros que desejem comunicar qualquer violação ou suspeita de desconformidade praticada em desrespeito às normas do Código de Ética e Conduta, de suas políticas internas e legislações aplicáveis. O atendimento das denúncias é terceirizado e conduzido por um time de consultores externos especializados, que pode ser acessado através de diversos pontos de contato como e-mail canaldedenuncias@riachuelo.com.br, website (<https://www.contatoseguro.com.br/riachuelo>) e telefone (0800 055 7611), que atende todas as regiões do país.

Know your supplier ("KYS"): A Companhia tem como prática a adoção do processo de "Conheça Seu Fornecedor" ou KYS, como medida preventiva para gerenciar os riscos, liderada pelo seu departamento de Compliance Corporativo, no intuito de evitar possíveis negócios entre fornecedores ligados a atos ilícitos e a Companhia. Para tanto, as empresas se submetem a um processo de cadastro que compreende (i) na análise e aprovação da documentação empresarial, societária e fiscal e (ii) na análise de bases de dados relevantes para verificar o histórico delas, com o objetivo de atestar a regularidade dentro dos padrões de conformidade previamente estabelecidos pela Companhia.

Combinado com isso, o departamento de Gestão de Cadeia de Fornecedores conduz as auditorias nas empresas que pretendem comercializar produtos têxteis, com foco especial na identificação de irregularidades relacionadas a: (i) saúde e segurança do trabalho; (ii) infraestrutura dos imóveis; (iii) organização das áreas de produção; (iv) questões ambientais; (v) responsabilidade social; (vi) regularidade fiscal e (vii) regularidade trabalhista. Além disso, a Companhia exige que todos os seus fornecedores estejam de acordo com o seu Código de Ética e Conduta. Já para aqueles fornecedores do ramo têxtil é necessária a certificação e qualificação emitida pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), de forma a combater práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou trabalho infantil.

Due Diligence: Em 2024, a Companhia adotou, por meio do Departamento de Compliance Corporativo, o processo de análise e avaliação de informações de fornecedores e parceiros, sejam empresas ou pessoas físicas, com o objetivo de identificar possíveis distorções relevantes oriundas de práticas não acordadas, ilegais ou antiéticas. Para disciplinar o processo, foi publicada em janeiro de 2024 a política interna sobre o tema. O documento estabelece as diretrizes a serem observadas no processo de análise crítica de fornecedores, parceiros, terceiros e colaboradores, visando garantir uma relação segura entre todas as partes envolvidas, atendendo as normativas regulatórias.

5.3 Programa de integridade

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são de responsabilidade do Departamento de Compliance Corporativo.

O Comitê de Ética é um órgão não estatutário, de caráter permanente, não remunerado, de Assessoramento ao Conselho de Administração. O Comitê é regulado pelo Regimento Interno do Comitê de Ética e tem como principal objetivo analisar casos reportados pelo Canal de Denúncias que carecem de precedentes e avaliar relatos que possam levar a sanções disciplinares. O Comitê também sugere melhorias para otimizar a eficácia e a qualidade das decisões, preservando as operações da empresa. O Comitê é formado por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) fixos: o Diretor Executivo Jurídico e de Governança e Riscos, o Diretor Executivo de Gente e Sustentabilidade, e o Gerente de Compliance; e 2 (dois) membros eleitos pelo Conselho de Administração. Os mandatos têm duração de 2 (dois) anos.

O Comitê foi instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de maio de 2024 e seu Regimento Interno próprio está disponível no site no website de RI da Companhia (<https://ri.riachuelo.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>) e também no website da CVM (www.cvm.gov.br).

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética e Conduta da Companhia se aplica a acionistas, membros do Conselho de Administração, Diretoria, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, todos os empregados e colaboradores da Companhia e demais empresas que compõem seu grupo econômico em todas as suas interações atuais e futuras, nas mais diferentes esferas e localidades.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

De acordo com o Código de Ética e Conduta, todos os colaboradores da Companhia que praticarem quaisquer atos de violação às diretrizes de conduta estarão sujeitos à aplicação das medidas disciplinares cabíveis, que poderão ensejar até mesmo o desligamento do respectivo colaborador.

O Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovado em 26 de julho de 2019, pelo seu Conselho de Administração e atualizado pela última vez em 21 de maio de 2024.

5.3 Programa de integridade

O Código pode ser facilmente consultado no website de RI da Companhia (<https://ri.riachuelo.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>) e também no website da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um Canal de Denúncias com diversos meios de contato. As ocorrências podem ser registradas por meio dos seguintes canais:

- Por e-mail: canaldedenuncias@riachuelo.com.br
- Por telefone: 0800 055 7611
- Por hotsite: <https://www.contatoseguro.com.br/riachuelo/>
- Por aplicativo:
<https://drive.google.com/file/d/19XBZylhr3qp86vYaPfCLFq74eP7RyJEd/view?usp=sharing>
- Verbalmente: diretamente a qualquer membro do Comitê de Ética.
- Por carta: Rua Lemos Monteiro, nº120 - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-050.

O tratamento das denúncias recebidas pelo Canal da Companhia segue um workflow automatizado, seguro e absolutamente sigiloso, que garante a integridade e a confidencialidade das informações. Todas as denúncias podem ser acompanhadas a distância pelo denunciante, por meio de login e senha pessoal, fornecidos apenas a ele no momento do registro da ocorrência, dando maior transparência às apurações subsequentes e decisão tomada em relação aos fatos reportados.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Para o atendimento de denúncias e reclamações relacionadas a comportamentos contrários à ética corporativa, a Companhia disponibiliza a todos os seus colaboradores o Canal de Denúncias, terceirizado e conduzido por um time de consultores externos, experientes e especializados em riscos, fraudes e outras competências necessárias para um serviço de excelência.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias pode ser acessado tanto por seus colaboradores quanto por terceiros que desejem comunicar qualquer violação ou suspeita de desconformidade praticada em desrespeito às normas do Código de Ética e Conduta, de suas políticas, da legislação e da regulamentação aplicáveis aos negócios da Companhia.

5.3 Programa de integridade

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A denúncia é recebida por empresa terceirizada e especializada e, então, disponibilizada para o Departamento de Compliance Corporativo da Companhia através de sistema independente, sem a identificação do denunciante, para que seja procedida a instauração do procedimento aplicável e investigação da denúncia.

Quando o denunciante é identificado, o Departamento de Compliance Corporativo conta com processos e mecanismos de monitoramento próprios para garantir que o denunciante não sofra qualquer tipo de retaliação ou exposição.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias registradas são remetidas pela empresa terceirizada ao Departamento de Compliance Corporativo, responsável por conduzir as investigações pertinentes, apurar a veracidade dos fatos, tomar eventuais providências internamente e, quando necessário, avaliar a necessidade de envolvimento e auxílio de outros departamentos.

E para os casos reportados ao Canal de Denúncias que carecem de precedentes, é solicitada avaliação do Comitê de Ética para definição das sanções disciplinares.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não verificou casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais. Para os fins deste item, consideram-se confirmados os casos qualificados como procedentes após a finalização do trâmite de apuração detalhado no Código de Ética e Conduta da Companhia.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, em especial aquelas dispostas em seu Código de Ética e Conduta.

5.4 Alterações significativas

Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos em que a Companhia está exposta ou mesmo na Política de Gerenciamento de Riscos adotada no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há temas que julgamos ser relevantes fora os descritos em demais partes do formulário.